

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

4 JANEIRO 2020



1.

A proposta de Orçamento do Estado para 2020 apresentada pelo governo interrompe o caminho de recuperação dos últimos 4 anos. Os acordos assinados à esquerda na anterior legislatura foram garantia de segurança para quem trabalha, tendo sido o motor da recuperação de rendimentos. O Partido Socialista, no novo quadro político saído das eleições legislativas de 2019, decidiu recusar soluções acordadas com a esquerda e tenta agora impor ao parlamento um Orçamento de estagnação.

A proposta de OE2020 é a primeira em 5 anos que não contempla medidas concretas e eficazes de aumento de salários e pensões. Nos últimos 4 anos, esse aumento foi conseguido por medidas diretas (fim de cortes em salários e pensões, reposição e alargamento da norma de atualização das pensões, aumentos extraordinários nas pensões, aumento nos salários mais baixos) e indirectas (fim da sobretaxa e aumento dos escalões do IRS, descongelamento de carreiras). Com a excepção do aumento do Salário Mínimo Nacional, uma medida exterior ao OE mas que o Bloco regista, não existem medidas de recuperação dos rendimentos do trabalho. Acresce que, uma vez que as atualizações previstas para salários, pensões e IRS estão indexadas à taxa de inflação de 2019 (0,3%), esta proposta de OE mantém estagnados os rendimentos do trabalho e condena trabalhadores e pensionistas a uma perda real rendimentos em 2020, ano para o qual o governo prevê uma inflação de 1%.

As medidas apresentadas para apoio às famílias - IRS para jovens, bonificação para segundo filho até 3 anos ou complemento creche - têm alcance nulo ou muito limitado. A única medida eficaz para libertar rendimento e apoiar a economia - a descida do IVA da energia - surge como mera hipótese e sem qualquer concretização, dependente da aceitação do Comité de IVA da Comissão Europeia. Acresce que, ao prever a descida da CESE (a contribuição das produtoras elétricas para a redução do défice tarifário) e sem novas medidas de combate às rendas abusivas do setor energético, a proposta de OE2020 compromete o objetivo de descida do preço da energia em

Portugal, que se mantém como um dos mais altos da Europa.

Também as condições de acesso à reforma se deterioraram. Depois de um caminho de valorização carreiras que permitiu acabar com a dupla penalização do fator de sustentabilidade para trabalhadores com longas carreiras e com todas as penalizações no caso das muito longas carreiras, bem como do alargamento do regime de desgaste rápido, esta proposta de OE não só ignora as injustiças que permanecem como as situações já identificadas de grande desgaste: a dos trabalhadores por turnos e trabalho noturno e a dos trabalhadores com deficiência. Sem novas regras, em 2020, a idade legal de acesso à reforma aumenta um mês, passando para os 66 anos e 6 meses, e o corte do fator de sustentabilidade para quem pede a reforma antecipadamente, fora dos regimes especiais mais favoráveis, vai situar-se acima dos 15%.

A única medida significativa apresentada na proposta de OE é relativa ao SNS: reforço de cerca de 800 milhões de euros para combater a suborçamentação, a que acresce a indicação, embora sem calendário de concretização, da contratação de mais 8400 profissionais ao longo do biénio 2020-2021. São medidas importantes, que o Bloco vem reclamando há anos, mas que não estão acompanhadas do necessário reforço do investimento em equipamentos no SNS, essencial para aumentar a capacidade de resposta do SNS, nem do caminho para a exclusividade dos profissionais do SNS. Essas medidas, a par de outras concretizações da nova Lei de Bases da Saúde, são essenciais para salvar SNS.

A fraca, ou mesmo ausente, concretização orçamental da legislação estruturante aprovada no final da anterior legislatura é outro dos sinais de recuo da proposta de OE2020. É assim na saúde, mas também na ausência de medidas que combatam a especulação imobiliária (permanecem os vistos gold e o regime de privilégio dos residentes não habituais) e que concretizem os direitos consagrados na Lei de Bases da Habitação. Outras medidas de recuperação de serviços públicos, já programadas na anterior legislatura, estão por concretizar ou mesmo ausentes; o processo

de descida do valor máximo das propinas no Ensino Superior, a resposta à degradação das condições nos estabelecimentos prisionais, o reforço dos profissionais não docentes nas escolas ou o aprofundamento da lei da assistência pessoal para pessoas com deficiência. A regulamentação do Estatuto do Cuidador Informal, cujo prazo o Governo não cumprirá (acaba dentro de dois dias), é essencial para centenas de milhares de pessoas. O adiamento deliberado da concretização das medidas de apoio aos cuidadores e cuidadoras esvazia na prática os compromissos alcançados e consagrados na lei.

Depois dos grandes incêndios rurais que assolaram o país nos últimos anos, que em 2017 ascenderam a meio milhão hectares, o Governo produziu e aprovou um diagnóstico e um conjunto de medidas para valorização do território florestal, em 2019, onde se reconhece a necessidade de transformar a estrutura florestal e de penalizar a produção florestal intensiva para promover a resiliência da floresta e a preservação de biodiversidade. Entre as medidas para atingir este fim consta a criação de uma contribuição especial das atividades económicas que “utilizem, incorporem ou transformem recursos florestais de forma intensiva”, onde se inclui a indústria da celulose. Na atual proposta de OE, incompreensivelmente, o Governo decide abdicar desta contribuição, que colocava os principais impulsionadores da monocultura do eucalipto a pagar uma pequena taxa sobre o seu volume de negócios para proteger as populações.

A proposta de OE2020 mantém um nível de investimento medíocre, que é uma forma de déficit económico. Os investimentos previstos, da saúde à educação, passando pela ferrovia, decorrem dos compromissos já aprovados em anteriores orçamentos. São investimentos importantes e pelos quais o Bloco se bateu, mas a responsabilidade do OE não pode ser simplesmente concretizar o que já estava decidido e que, por uma razão ou por outra, foi adiado; é necessário responder aos novos problemas e às áreas que reconhecidamente não tiveram a resposta necessária na anterior legislatura. Mesmo as tímidas metas de investimento público que o Partido Socialista tinha prometido em campanha eleitoral estão ausentes da proposta agora apresentada. O investimento em cultura corresponde apenas a 0,28% da despesa total do Orçamento, muito longe dos 2% do OE prometidos ou do 1% do PIB reclamado pelo sector. No caso da habitação, a um aumento no investimento para resposta às necessidades urgentes

de realojamento (o programa “1º direito”) corresponde o subfinanciamento de todos os outros programas de habitação, condenando qualquer possibilidade da prometida construção de um parque de renda acessível.

A proposta de OE2020 apresenta como objetivo prioritário o excedente orçamental (acima dos 500 milhões de euros) e afirma o compromisso de cumprimento das metas orçamentais e de redução da dívida fixadas pelo Tratado Orçamental. Tendo em conta que a execução orçamental coloca o excedente como uma possibilidade já em 2019, é possível antever que mesmo essa meta fique rapidamente desatualizada. Simultaneamente, o OE2020 prevê uma transferência de mais de 1200 milhões de euros para o Fundo de Resolução e uma perda fiscal de 130 milhões de euros relativa ao regime de ativos por impostos diferidos na banca (um regime de privilégio fiscal que é também um mecanismo de capitalização da banca privada com despesa pública). O Bloco de Esquerda sempre se opôs a estes mecanismos, tendo apresentado alternativas concretas, ambas rejeitadas pelo Partido Socialista, que passavam pela manutenção no Novo Banco na esfera pública e por formas de compensação ao Estado pelo regime de ativos por impostos diferidos.

A recuperação explícita das metas do Tratado Orçamental, uma estratégia que está hoje colocada em causa um pouco por toda a Europa (a integração do TO na legislação europeia foi mesmo chumbada no Parlamento Europeu), só pode ser entendida como uma decisão do governo português para travar qualquer debate europeu sobre as dívidas soberanas e a arquitectura do euro. Quando se aproxima a presidência portuguesa da União Europeia (primeiro semestre de 2021), e no momento em que, em Espanha, se inicia um acordo entre PSOE-Podemos, o governo português tenta interromper o caminho feito de recuperação dos rendimentos do trabalho em Portugal e submeter o país à ortodoxia neoliberal europeia. Tal como foi apresentado, o OE2020 é um cartão de visita para a presidência portuguesa da União Europeia e não um instrumento para responder ao país. Ao fazê-lo, falha tanto a Portugal como à necessária mudança europeia.

Assim, a proposta de OE2020 apresentada pelo governo do Partido Socialista não terá o voto favorável do Bloco de Esquerda. A Mesa Nacional regista, no entanto, que se mantém em aberto um processo negocial entre o Bloco de Esquerda e o Governo que

não deve ser interrompido. A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda decide, por isso, mandar a Comissão Política para prosseguir esse processo, que permitirá verificar se há caminho possível para algumas matérias orçamentais fundamentais que o Bloco propõe, o que conduzirá, nesse caso, a uma abstenção que torne possível esse debate na especialidade ou, em caso contrário, à rejeição da proposta de lei.

No debate orçamental, como em toda a legislatura, Bloco de Esquerda assume a responsabilidade de contribuir maiorias capazes de aumentar salários e pensões, reforçar o apoio aos mais vulneráveis, combater a pobreza e as desigualdades, defender os direitos do trabalho, recuperar os serviços públicos, investir nos transportes, na saúde, justiça, educação, cultura e ciência, responder à crise da habitação e à emergência climática.

2.

O Bloco de Esquerda manifesta a sua solidariedade com a população australiana, que está, desde o final de setembro, a ser vítima de uma vaga de incêndios inédita no continente. Impulsionados por subidas de temperatura que se aproximam dos 50°C, os incêndios obrigaram à evacuação de mais de 100 mil pessoas. Existem dezenas de desaparecidos e duas dezenas de pessoas perderam a vida. Em consequência das alterações climáticas, prevê-se um grande aumento dos riscos de incêndio a nível internacional. Durante o ano 2019 foram vários os mega-incêndios que destruíram património natural de valor incalculável e fizeram muitas vítimas mortais, da Sibéria à Amazónia. O Bloco de Esquerda apela à concertação internacional e ao estabelecimento de metas e medidas vinculativas entre Estados para a redução da emissão de gases com efeito de estufa.

3.

Um atentado perpetrado esta semana pelas forças armadas dos Estados Unidos da América em Bagdade consumou o assassinato de Qassem Soleimani, alto comandante militar iraniano. Este ato de terrorismo de Estado, ordenado diretamente pelo presidente Donald Trump, constitui mais uma grave violação da soberania do Iraque, do direito internacional e uma perigosa escalada do conflito no Médio Oriente, que não pode ser desligada da ampla e continuada es-

tratégia imperialista norte-americana de desestabilização e agressiva exploração da região. O Bloco de Esquerda condena veementemente mais esta agressão militar e a campanha belicista contra os povos do Irão e do Iraque e associa-se a todas as iniciativas e vozes que procuram calar os tambores da guerra.